

IMPrensa E SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO: A GAZETA PELOTENSE (1976)

Amílcar Alexandre Oliveira da Rosa¹

INTRODUÇÃO

Na segunda metade da década de 1970, um grupo tendo à frente um grande empresário do ramo de transportes, o imigrante português Manuel Marques da Fonseca Júnior, intelectuais e profissionais de comunicação da cidade de Pelotas (RS) criou um jornal que pretendia diversificar a cobertura jornalística local. O movimento universitário dava sinais de vida, depois de muito tempo aquietado (POHNDORF, 2013) e outros setores da sociedade, como trabalhadores, negros e mulheres, começavam a se reorganizar, após longo tempo de silêncio forçado (NEGRO; SILVA, 2003; STAMPA; TELES, 2015; RODRIGUES, 2016). Nesse cenário, surgiu a *Gazeta Pelotense*, jornal local que tentaria competir com a única outra publicação originária da cidade, o quase nonagenário *Diário Popular*, com fortes vínculos com o regime militar e uma prática jornalística favorável ao governo².

A existência de outro canal de comunicação na cidade que comportasse a veiculação de notícias adequadas a esses novos tempos concretizou-se três anos antes do fim da censura prévia, em 1978. Mesmo circulando apenas entre os meses de setembro de 1976 e janeiro de 1977, a *Gazeta* não se jogou de cabeça na crítica ao regime, aproveitando-se das brechas que se alargavam com a distensão política. Os integrantes da equipe precisaram utilizar uma linguagem editorial que não afrontasse o regime, segundo o ex-diretor de redação, Aldyr Garcia Schlee (ENTREVISTA SCHLEE, 2018)³. Para tornar a situação ainda mais delicada,

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/Universidade Federal de Pelotas), do Rio Grande do Sul.

² O proprietário do jornal, Edmar Fetter, foi eleito prefeito de Pelotas pelo conservador Partido Social Democrático (PSD) em 1964, ano do golpe militar. O partido apoiou a implantação da ditadura (GRINBERG, 2009), e parte de seus membros veio a constituir a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que dava sustentação aos militares durante o bipartidarismo implantado no país através do Ato Institucional n. 2 (AI-2), de 1965. Pela ARENA, Edmar Fetter foi eleito vice-governador do Rio Grande do Sul em 1970. A eleição foi indireta, conforme determinava o Ato Institucional n. 3 (AI-3), de 1966. Informações estão disponíveis em <<https://www.diariopopular.com.br/politica/inaugurada-a-exposicao-de-edmar-fetter-125327/?>>.

³ Aldyr Garcia Schlee (1934-2018), jornalista, ilustrador, escritor, professor, era doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trabalhou no jornal A Opinião Pública e foi secretário de redação do jornal Diário Popular, ambos de Pelotas, nos anos 1960. Antes, estagiou no jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, na esteira da premiação obtida em 1953, aos 19 anos, no concurso que escolheu a melhor arte para a camisa da Seleção Brasileira de futebol. Depois da premiação, foi planejador gráfico do jornal Última Hora, em Porto Alegre (RS), pertencente ao jornalista e empresário Samuel Wainer. Também participou da fundação do curso de Jornalismo na Universidade Católica de Pelotas, além de ter sido professor de Direito da UFPEL. As informações foram coletadas durante entrevista realizada com Schlee em agosto de 2018, pouco antes de sua morte, em dezembro do mesmo ano, e em discurso proferido por ele durante recebimento da medalha de Professor Emérito da UFPEL, em 2012. O discurso está disponível em: <<http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/confira-o-discurso-proferido-por-aldyr-garcia-schlee--durante->

era ano eleitoral, com disputas municipais se realizando em todo o Brasil. Embora a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo, tenha mantido o domínio sobre a maior parte das prefeituras e câmaras de vereadores do estado do Rio Grande do Sul, em Pelotas o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, ganhou a eleição para a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, a primeira vitória desde o golpe de 1964⁴.

O “NOVO” E O “NORMAL”

No editorial do segundo número da *Gazeta Pelotense*, intitulado “Nasce um novo jornal”, a intenção dos responsáveis pela publicação era ambiciosa:

Sabemos, antes de tudo, que um jornal não é um prédio, nem uma boa impressão, ou os melhores equipamentos e a melhor gente; não é comércio, nem indústria, nem prestação de serviços. Nem mesmo é aquilo que sonhávamos que ele fosse; nem será exatamente aquilo que desejamos que ele seja. Um jornal transcende a tudo. Nasce transcendente. (GAZETA PELOTENSE, 1976, n. 2, p. 4).

O papel cúmplice de boa parte dos veículos tradicionais, antes e durante o golpe militar de 1964, que comprometeu a credibilidade de muitos deles junto a vários setores da opinião pública, somado ao exemplo de luta dos veículos críticos do regime (AQUINO, 1999), mostrava haver espaço para novidades no campo editorial em Pelotas.

Aquino (1999), em *Censura, imprensa e estado autoritário*, defende a tese segundo a qual a reação à censura e à própria ditadura nas redações teve significados diversos, atrelados à configuração do regime. Segundo a autora, a composição do regime militar não estava isenta de disputas, que se refletiram no maior ou menor rigor no trato da censura aos jornais. E esta relação entre censura à imprensa e composição do governo é importante para tratar da possibilidade de construção da categoria *imprensa de transição*. Na verdade, é fundamental para analisar o próprio papel da imprensa e suas relações com o poder estabelecido ou que quer se estabelecer, com repercussão direta na função do jornalismo na sociedade.

Para a autora, em um primeiro momento os setores comprometidos com o golpe de 1964 que não se alinhavam à linha dura dos militares, incluindo vários proprietários de jornais, pretendiam “uma *interrupção temporal da institucionalidade*, para depois, contornada a ‘crise’, *retomar a normalidade democrática*” (AQUINO, 1999, p. 2010, grifos nossos). O destaque às partes do texto é importante porque diz respeito às diferenças entre as questões

recebimento-do-titulo-de-professor-emerito-da-ufpel-f27ea4d6-7772-4809-a7a0-5031912d6c03>. Acesso em: 10 ago. 2018.

⁴ Cf. TRE/RS: <http://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/eleicoes-municipais-antiores-a-1990>.

institucionais, “formais”, por assim dizer, de uma sociedade, e aspectos mais permanentes, ligados à construção de valores fundamentais para discutir a própria noção de democracia. Para analisá-los, seria preciso definir critérios que levam uma sociedade a ser democrática, e as próprias disputas no interior da sociedade, tarefa que extrapola os limites desse texto.

Interessa analisar duas questões que permeiam as mudanças na sociedade: as motivações para mudar e o que se pretende colocar no lugar. “Novo” e “normal” são duas noções recorrentes nesse sentido. O “novo” é o que sucede o “antigo”, o “velho”, mas, muitas vezes, é apenas uma expressão para recolocar no lugar de algo aquilo que já esteve lá. Explica-se: no caso da ditadura brasileira, o “novo”, o que levaria à “ordem”, ou à “normalidade”, era representado pelos extratos sociais que se sentiam prejudicados com as reformas do presidente João Goulart, as chamadas Reformas de Base. Foi a contrariedade às reformas que reuniu, em um primeiro momento, militares e civis para se posicionar contra a “incipiente democracia brasileira” (TOLEDO, 2004).

No texto do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, é evidente a tentativa de legitimar o golpe a partir da legalidade. É importante atentar para os termos desta que é a primeira de uma série de medidas que tentaram revestir de legalidade os atos do regime. “Poder *constituente*”, “*novo governo*”, mas “*restauração da ordem interna*”, “*restauração da ordem econômica e financeira*” (BRASIL, 1964). Ao mesmo tempo em que aponta para o “novo”, revela a intenção de um movimento de retorno ao que foi. Ou seja, o “normal” do passado é que estava no horizonte, mais do que uma experiência política inovadora.

O Brasil da segunda metade dos anos 1970 começava a sentir os reflexos do enfraquecimento da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁵, uma das consequências da Guerra Fria que desde a década anterior gerou como subprodutos várias ditaduras da América Latina. O aparato repressivo que passou a ser montado em 1964 pelo general Humberto de Alencar Castello Branco, com o Serviço Nacional de Informações (SNI), e que com o tempo levou às operações de perseguição aos opositores do regime, em uma rede que se estendia por todo o território nacional, chegou ao fim depois de várias disputas internas entre “os adeptos da ‘distensão, lenta, gradual e segura’ e aqueles que desejavam perpetuar a linha de combate sem tréguas ao ‘inimigo interno’” (JOFFILY, 2014, p. 169).

⁵ A Doutrina de Segurança Nacional foi um conjunto de preceitos desenvolvidos pelo *National War College*, dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria que opunha o bloco dos países capitalistas, Estados Unidos à frente, e o dos países comunistas, liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). De acordo com a doutrina, apropriada pela Escola Superior de Guerra (ESG) no Brasil e por governos ditatoriais de vários países da América Latina, o controle dos territórios nacionais, em função da ameaça comunista, teria que ocorrer a partir da fusão entre as necessidades de segurança interna e externa. As Forças Armadas assumiram a linha de frente do controle pela segurança e as forças policiais militarizaram-se (JOFFILY, 2014).

Nas batalhas pela memória que se sucedem desde o fim da ditadura, há quem tente transformar colaboracionistas do regime em heróis. Por outro lado, há quem tente relegar ao esquecimento as lutas dos que resistiram à ditadura, transformando os adeptos dessa luta em bandidos. A *Gazeta Pelotense* foi uma tentativa de se distanciar dos dois polos dessa relação, pela prática do jornalismo.

CONCLUSÃO

Em seu tempo, a *Gazeta Pelotense* tentou acolher em suas páginas os ventos da época, com todos os seus cuidados e contradições. Com um caderno cultural dominical de oito páginas, apostava em reportagens que descrevessem o cotidiano da população, particularmente trabalhadores e suas rotinas, e tratamento leve dos assuntos. Eram diferenciais no modo de fazer jornalismo que vigorava até então, que titubeava entre a descrição dos fatos e a pena do censor.

Por um lado, o jornal abriu espaço para manifestações de personalidades abertamente contrárias ao regime, como D. Ivo Lorscheiter, secretário-geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), conhecido pela sua defesa dos direitos humanos. Em outros momentos, ao destacar, por exemplo, a morte de participantes da guerrilha contra o regime, referiu-se a esses combatentes como “terroristas”, um termo próprio dos militares imposto aos redatores de jornais. A pesquisa sobre a *Gazeta Pelotense* ainda está em andamento, mas pelos exemplos citados e outros ainda em análise já é possível verificar uma tentativa de romper os limites impostos pela censura pela prática pura e simples do jornalismo.

FONTES

Fonte Oral

SCHLEE, Aldyr Garcia. *Aldyr Garcia Schlee*: depoimento [ago. 2018]. Entrevistador: Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa. Pelotas: RS, 2018. Entrevista prévia concedida para a elaboração do anteprojeto de dissertação.

Fontes Documentais

JORNAL DIÁRIO POPULAR. *Inaugurada a exposição Edmar Fetter*. Disponível em: <<https://www.diariopopular.com.br/politica/inaugurada-a-exposicao-de-edmar-fetter-125327/?>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

JORNAL GAZETA PELOTENSE. Pelotas (RS), nº 2, set. 1976.

Fontes Eletrônicas

BRASIL. *Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.

PELOTAS 13 HORAS. *Discurso de Aldyr Garcia Schlee*. Disponível em: <<http://www.pelotas13horas.com.br/noticia/confira-o-discurso-proferido-por-aldyr-garcia-schlee--durante-recebimento-do-titulo-de-professor-emerito-da-ufpel-f27ea4d6-7772-4809-a7a0-5031912d6c03>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

TRE/RS. *Resultados das eleições municipais anteriores a 1990*. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/eleicoes-municipais-antiores-a-1990>>. Acesso em: 19 jul. 2019.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978) - O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, 301p.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 172-184.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p.155-194.

POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. *Movimento Estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978- 1985): Memórias de atuações contra a ditadura*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente. *Ditadura e Transição Democrática no Brasil: o Golpe de Estado de 1964 e a (Re)construção da Democracia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. 380p.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p1001>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In: Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). São Paulo: *Revista Brasileira de História*, 2004. v. 24, nº 47, p.13-28.